DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 1079/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/11512/2016
PROTOCOLO	: 1685844
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
BENEFICIÁRIA	: MARIA GORETH LEITE DA CONCEIÇÃO
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – PROVENTOS INTEGRAIS – REGISTRO.

Trata-se do processo da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição, pela **Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul**, à servidora **Sr.ª MARIA GORETH LEITE DA CONCEIÇÃO**, agente de polícia judiciária, função investigador de polícia judiciária, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Consta da Certidão de Tempo de Contribuição a comprovação do cômputo de proventos integrais conforme preceitos legais e constitucionais, peça n.º 6, fls. 54/58, abaixo demonstrado:

QUANTIDADE DE ANOS	QUANTIDADE DE DIAS
35 (trinta e cinco) anos, 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias	12.931 (doze mil e novecentos e trinta e um) dias

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, por meio da sua Análise ANA-ICEAP-37314/2017, peça n.º 11, e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer PAR-2ª PRC 22792/2017, peça n.º 12, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente aposentadoria.

É o relatório. Passo a decidir.

Examinado os autos, constato que a APOSENTARIA VOLUNTÁRIA por contribuição da Sr.ª MARIA GORETH LEITE DA CONCEIÇÃO encontra-se formalizada conforme os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

O direito que ampara a Aposentadoria está previsto no art. 41, § 1º, e art. 78, ambos da Lei n.º 3.150, de 22.12.2005, c/c o art. 147, § 1º, da Lei Complementar n.º 114, de 19.12.2005, c/c o art. 1º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar Federal n.º 51, de 20.12.1985 (Lei Complementar n.º 144, de 15.5.2014), conforme Decreto "P" n.º 1.435, publicado no Diário n.º 9.144, de 13.4.2016, fl. 60.

Diante do exposto, acolhendo a Análise Técnica e o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pelo **REGISTRO** da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por contribuição da servidora **Sr.ª MARIA GORETH LEITE DA CONCEIÇÃO**, CPF n.º 256.294.921-87, ocupante do cargo de agente de polícia judiciária, função investigadora de polícia judiciária, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com fulcro no artigo 34, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c artigo 10, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas.

II – Pela comunicação do resultado desta Decisão aos interessados, em obediência ao artigo nº 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 20 de fevereiro de 2018.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

Jac